

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

TR Business Intelligence 23/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2026	70008-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE	OSMAR FERNANDES DE OLIVEIRA JUNIOR	05/05/2026 12:14 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		07006/2025

1. Do Objeto

1.1. Definição do Objeto

1.1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de 34 (trinta e quatro) licenças do *software Microsoft Power BI Pro*, na modalidade *subscrição por usuário*, pelo período de 01 (um) ano, prorrogável até o limite máximo de 10 (dez) anos, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN), conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Descrição detalhada do Objeto

1.2.1. A descrição da solução de TIC como um todo compreende a contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças do *software Power BI Pro*, conforme detalhado na tabela abaixo:

Item	Descrição	Catser	Unidade	Quantidade	Valor Unitário da Contratação (12 meses)	Valor Total da Contratação
1	Licença <i>Microsoft Power BI Pro</i> (subscrição por 12 meses)	27502 (Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de <i>Software</i> )	Unidade	34	R\$ 983,28	R\$ 33.431,52

Tabela 1 - Objeto detalhado

## **2. Fundamentação da Contratação**

### **2.1. Motivação**

2.1.1. A motivação para esta contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade operacional e a manutenção das soluções de *Business Intelligence* (BI) já adotadas no âmbito do Tribunal, garantindo suporte ininterrupto à análise de dados e à governança institucional, conforme exaustivamente demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP).

### **2.2. Alinhamento Estratégico**

2.2.1. A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do TRE-RN, sob o código de demanda *STI.POO\_26.10*.

2.2.2. A demanda encontra-se alinhada ao Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do RN para o período 2021-2026 (PEJERN 2021-2026).

2.2.3. A contratação está em conformidade com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída pela Resolução CNJ nº 370/2021, que objetiva promover a governança ágil e a transformação digital do Poder Judiciário.

2.2.4. No que concerne ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do TRE-RN, a demanda atende ao Objetivo Estratégico OE2 (Promover Transformação Digital), enquadrando-se no Grupo 8 (Iniciativas de Transformação Digital).

### **2.3. Objetivos**

2.3.1. Prover o TRE-RN com ferramentas analíticas e painéis interativos de *Business Intelligence* capazes de consolidar dados de múltiplas fontes, conferindo agilidade à tomada de decisões em nível gerencial.

2.3.2. Viabilizar a política de transparência ativa do Tribunal, através da publicação de relatórios no portal público para a sociedade.

2.3.3. Promover a autonomia das unidades do Tribunal (*Self-service BI*), permitindo a criação e a gestão de relatórios sem a dependência exclusiva da área técnica de TI.

### **2.4. Referência aos Estudos Preliminares**

2.4.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando as diretrizes do Documento de Oficialização da Demanda (DOD) e as conclusões dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) aprovados e constantes do processo administrativo SEI de n.º 07006/2025.

2.4.2. Os Estudos Técnicos Preliminares da contratação encontram-se publicados no Portal de Transparência da Justiça Eleitoral e seguem junto ao Edital.

### **2.5. Análise de Mercado de TIC**

2.5.1. Conforme detalhado no ETP, a análise de soluções de mercado demonstrou que a manutenção do *Microsoft Power BI Pro* é a alternativa técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública.

2.5.2. O TRE-RN já possui um vasto acervo de painéis e relatórios gerenciais estruturados na linguagem e na arquitetura do *Power BI*. A migração para outra plataforma acarretaria custos invisíveis e elevados de refatoração de código, recriação de *layouts* e necessidade de nova capacitação da equipe técnica, tornando qualquer outra transição injustificável.

### **2.6. Benefícios e Resultados**

2.6.1. Eficácia: A solução garante o atendimento preciso à demanda de elaboração e publicação de painéis de dados gerenciais para a alta gestão.

2.6.2. Eficiência: Otimização do uso da força de trabalho técnica do Tribunal, reduzindo o tempo na extração de dados ao se aproveitar dos modelos e fluxos (*dataflows*) já amadurecidos na instituição.

2.6.3. Economicidade: Preservação de todo o patrimônio intelectual e financeiro já investido na criação do acervo atual de painéis de BI do TRE-RN.

2.6.4. Padronização: Continuidade do alinhamento tecnológico com o Tribunal Superior Eleitoral e os demais regionais da Justiça Eleitoral, facilitando a interoperabilidade e o compartilhamento de painéis.

2.6.5. Como resultado, espera-se garantir o funcionamento ininterrupto do ambiente analítico do Tribunal, assegurando a transparência ativa à sociedade e a inteligência de negócios às unidades ao longo dos 12 (doze) meses de vigência.

## **2.7. Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada**

2.7.1. A quantidade estipulada de 34 (trinta e quatro) licenças foi dimensionada com base na necessidade real e imediata dos desenvolvedores de BI e dos usuários-chave das áreas administrativas e finalísticas do TRE-RN. Este quantitativo é estritamente necessário e suficiente para a operação durante a vigência da subscrição de 12 (doze) meses.

## **2.8. Impacto ambiental**

2.8.1. A contratação refere-se estritamente à liberação de licenças virtuais em nuvem (*software* como serviço), não havendo entrega de materiais físicos, instalação de hardware local ou supressão de recursos naturais. Desse modo, o impacto ambiental direto é nulo.

2.8.2. Ainda assim, em atendimento ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE-RN, deverão ser observados os critérios gerais de sustentabilidade (Indicador 19 - PCS) aplicáveis às contratações de TIC.

2.8.3. A contratação também deve estar alinhada à Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG, no que couber.

## **2.9. Impacto social e cultural**

2.9.1. Em observância às normas de proteção social, exige-se o estrito cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, o trabalho de menores nas atividades da CONTRATADA.

2.9.2. Toda a documentação técnica, manuais de usuário e termos de garantia devem ser disponibilizados preferencialmente em Língua Portuguesa (BR), facilitando o acesso e a compreensão por todos os usuários e técnicos do Tribunal.

2.9.3. O licenciamento e os serviços de suporte técnico deverão ser prestados preferencialmente em português do Brasil.

## **2.10. Conformidade Legal**

2.10.1. A presente contratação encontra-se submetida aos ditames da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e às diretrizes da Resolução CNJ nº 468/2022.

2.10.2. A solução e a prestação do serviço observarão rigorosamente os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e a Política de Segurança da Informação do TRE-RN, garantindo a proteção e o sigilo dos dados tratados pelo Tribunal.

2.10.3 Demais legislações aplicáveis encontram-se disponíveis nos Estudos Técnicos Preliminares, na seção de requisitos legais.

### **3. Da Licitação**

#### **3.1. Da Pretensão da Contratação**

3.1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de 34 (trinta e quatro) licenças do *software Microsoft Power BI Pro*, na modalidade subscrição por usuário.

3.1.2. O prazo de vigência inicial do contrato é de 01 (um) ano contado da data da assinatura, prorrogável até o limite máximo de 10 (dez) anos nos termos dos Artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

#### **3.2. Da Natureza do Objeto da Contratação**

3.2.1. O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço comum, de natureza contínua e enquadrado como despesa corrente, de acordo com o art. 6º, incisos XIII e XV, da Lei nº 14.133/2021.

3.2.2. A necessidade da solução é contínua e de caráter essencial e visa assegurar a continuidade operacional e a evolução do ambiente analítico, garantindo que o CONTRATANTE disponha de subscrição de plataforma em nuvem para desenvolvimento, publicação e compartilhamento de painéis de BI. A contratação visa evitar qualquer ruptura nas atividades de acompanhamento estratégico e garantir a governança de dados institucional, suprimindo a necessidade de licenças para os desenvolvedores e usuários-chave do Tribunal.

3.2.3. Em caso de interrupção contratual, os painéis gerenciais e de transparência ficarão indisponíveis para atualização e acesso.

#### **3.3. Do Parcelamento e Adjudicação**

3.3.1. A contratação ocorrerá em item único. Não há viabilidade técnica ou vantagem econômica para o parcelamento do objeto, visto que se trata da subscrição de um único tipo de licença (*Microsoft Power BI Pro*) pelo período de 12 (doze) meses. O fracionamento poderia frustrar a economia de escala, além de elevar os custos e o esforço de gestão contratual.

3.3.2. A adjudicação dar-se-á pelo critério de menor preço.

3.3.3. Fica vedada a subcontratação total do objeto, bem como a participação de empresas em consórcio, observado o disposto nos arts. 15 e 122 da Lei nº 14.133/2021. Tal decisão justifica-se pela baixa complexidade do objeto, que consiste no fornecimento de subscrição de licenças de *software*, e pela existência de uma ampla rede de revendedores autorizados da *Microsoft*, o que garante a competitividade do certame sem a necessidade de união de esforços.

#### **3.4. Modalidade e Tipo de Licitação**

3.4.1. A modalidade e o tipo de licitação serão definidos pela unidade técnica competente em licitações do TRE /RN.

#### **3.5. Critérios de Habilitação**

3.5.1. A habilitação jurídica limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

3.5.2. As licitantes deverão comprovar a habilitação fiscal, social e trabalhista mediante a apresentação das certidões de regularidade perante a Fazenda Nacional, Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.5.2.1. As licitantes também deverão provar a regularidade perante o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União.

3.5.3. Para fins de habilitação econômico-financeira, deverá a licitante apresentar os seguintes documentos:

3.5.3.1. A licitante deverá apresentar certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 116, de 2021), ou de sociedade simples.

3.5.3.2. A licitante deverá apresentar certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante – Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

3.5.3.3. A licitante deverá apresentar o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

3.5.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

3.5.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.5.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.5.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

3.5.3.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente.

3.5.3.8. Caso solicitado, o atendimento dos índices econômicos previstos neste tópico deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela licitante.

3.5.4. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será exigida conforme os critérios abaixo:

3.5.4.1. No ato da contratação, a licitante vencedora deverá comprovar que as licenças objeto deste certame serão fornecidas por meio de canal oficial da *Microsoft*, bem como que está habilitada a comercializá-las para a Administração Pública, mediante a apresentação, cumulativa ou alternativa, de, pelo menos, um dos seguintes documentos:

a) Declaração emitida pela própria *Microsoft*, ou por distribuidor oficialmente autorizado, atestando que a CONTRATADA é revenda autorizada para fornecimento de licenças *Microsoft* ao setor público brasileiro, incluindo o produto e o modelo de licenciamento previstos neste Termo de Referência; ou

b) Cópia de contrato, pedido de compra ou outro documento formal celebrado entre a CONTRATADA e distribuidor/parceiro oficial da *Microsoft*, no qual conste a possibilidade de fornecimento das licenças *Microsoft* ao setor público, abrangendo o produto e o modelo de licenciamento objeto deste certame; ou

c) Indicação do registro da CONTRATADA, ou de seu distribuidor direto, em página oficial da *Microsoft* ou em portal de parceiros, na qual conste sua habilitação para comercializar licenças *Microsoft* no Brasil, admitida a

juntada de cópia impressa autenticável ou captura de tela acompanhada do respectivo endereço eletrônico para verificação pelo CONTRATANTE.

3.5.4.2. A comprovação de que a licitante é revenda autorizada não se limita a um tipo específico de credenciamento (como *CSP*, *LSP*, *GP* ou *Solution Partner*), bastando que demonstre a origem oficial das licenças e a habilitação para fornecimento ao setor público.

3.5.4.3. A ausência de comprovação da origem oficial das licenças ou a apresentação de documentação que não permita verificar sua procedência idônea constituirá motivo para a recusa da contratação, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**3.6. Critério Técnico de Aceitação das Propostas**

3.6.1. O critério técnico de aceitação consiste na verificação da conformidade da proposta aos requisitos descritos neste Termo de Referência, devendo a licitante ofertar estritamente as subscrições do *Microsoft Power BI Pro*, não sendo aceitas soluções similares ou genéricas, devido à necessidade de integração

**4. Da Execução e Gestão do Contrato**

**4.1. Papéis Desempenhados na Contratação**

4.1.1. Para a execução do contrato, os seguintes papéis e responsabilidades são definidos:

- a) Autoridade competente: Titular da unidade/setor do órgão responsável pela assinatura do Contrato e pela publicação da equipe de fiscalização.
- b) Gestor do Contrato: Servidor vinculado à Coordenadoria de Sistemas Corporativos do TRE-RN, com atribuições gerenciais para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual.
- c) Fiscal Técnico do Contrato: Servidor representante da área de TIC, designado para fiscalizar os aspectos técnicos da solução.
- d) Fiscal Demandante: Servidor representante da área demandante, para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional e negocial.
- e) Fiscal Administrativo: Servidor representante da área administrativa do órgão, para fiscalizar os aspectos referentes ao recebimento, pagamento, regularidades fiscais e sanções.
- f) Preposto: Representante formal da CONTRATADA, responsável por atuar como interlocutor principal junto ao TRE-RN.

**4.2. Formas de Comunicação e Acompanhamento da Execução do Contrato**

4.2.1. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA serão efetuadas por e-mail ou via telefone, conforme o caso e a formalidade exigida, garantindo-se o registro histórico da gestão contratual.

**4.3. Principais marcos e eventos da Execução do contrato**

4.3.1. A tabela abaixo lista os marcos relevantes durante a execução do contrato:

Etapa	Descrição	Prazo	Atores	Artefato
1	Assinatura do Contrato e do Termo de Sigilo	Em até 5 dias úteis da convocação	Autoridade Competente e Representante da CONTRATADA	Contrato e Termo de Sigilo

2	Publicação da Equipe de Fiscalização	Após a assinatura do contrato	Autoridade Competente	Portaria ou Despacho
3	Reunião Inicial de Alinhamento	Em até 5 dias úteis após assinatura	Gestor do Contrato e Representante da CONTRATADA	Ata de Reunião
4	Provisionamento e Liberação das Licenças	Em até 5 dias úteis após assinatura	Fiscal Técnico e Representante da CONTRATADA	Ordem de Fornecimento / Pannel Admin

*Tabela 2 - Marcos de Execução do Contrato*

#### 4.4. Dinâmica da Execução

4.4.1. A liberação e o provisionamento das 34 (trinta e quatro) licenças na conta de administração do TRE-RN deverão ocorrer no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.4.2. Os serviços deverão ser prestados de forma remota e contínua (24x7), garantindo a disponibilidade da plataforma em nuvem.

4.4.3. As licenças serão provisionadas diretamente na conta administrativa (*tenant*) Microsoft 365 do TRE-RN, por meio de acesso ao Centro de Administração do Microsoft 365 ou portal *Azure*.

4.4.3.1. A CONTRATADA deverá enviar para o e-mail **cosis@tre-rn.jus.br** as credenciais de acesso, instruções detalhadas de ativação e atribuição aos usuários, além de um contato técnico (nome, e-mail e telefone) para esclarecimento de dúvidas e suporte durante o provisionamento.

#### 4.5. Instrumentos Formais de Solicitação do Objeto

4.5.1. A solicitação de fornecimento e ativação das licenças será formalizada por meio de Ordem de Fornecimento enviada via correio eletrônico.

#### 4.6. Níveis de Serviços Exigidos (NSE)

4.6.1. Com o objetivo de assegurar a efetividade, estabelecem-se os seguintes Níveis de Serviços Exigidos (NSE):

4.6.1.1. NSE 01 - Disponibilidade da Plataforma: Garantir que as licenças estejam ativas e disponíveis com disponibilidade mínima mensal de 99,9%. Em caso de reincidência em 3 (três) meses com nível inferior a 95%, aplicar-se-á multa de 2,5% sobre o valor global do contrato.

4.6.1.2. NSE 02 - Atendimento e Suporte Técnico: Atendimento inicial em até 2 (duas) horas úteis e solução de incidentes impeditivos em até 8 (oito) horas úteis. Em caso de nível inferior a 80% de cumprimento no prazo por 2 (dois) meses consecutivos, aplicar-se-á multa de 5% sobre o valor global do contrato.

#### 4.7. Qualificação Técnica dos Profissionais

4.7.1. Não se aplica. Trata-se de licenciamento SaaS em nuvem sem alocação de postos de trabalho.

#### 4.8. Forma de Recebimento Provisório/Definitivo e Qualidade

4.8.1. O objeto deverá ser fornecido em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, com informações precisas, corretas e claras para atestar a conformidade do serviço de licenciamento em nuvem.

4.8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, com periodicidade mensal, no prazo de até 6 (seis) dias úteis, pelo fiscal ou equipe de fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e a ativação das 34 (trinta e quatro) licenças.

4.8.3. O prazo estipulado no subitem anterior será contado a partir do recebimento da comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA, com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

4.8.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado. A fiscalização não efetuará o ateste de execução de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

4.8.5. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, ou por qualquer outro motivo desde que justificado pelo CONTRATANTE, devendo a falha (como a desativação indevida de licenças) ser corrigida ou substituída em prazo não superior a 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da notificação enviada à CONTRATADA.

4.8.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 6 (seis) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço, cumprimento dos Níveis de Serviços Exigidos (NSE) e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.8.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pela equipe de fiscalização no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.8.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA as respectivas correções.

4.8.6.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados.

4.8.6.4. Comunicar à empresa CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

4.8.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

4.8.7. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

4.8.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.8.10. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo e prazo para efetivação do pagamento, conforme o caso.

4.8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

## **4.9. Forma de Pagamento**

4.9.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento definitivo dos serviços, condicionado à apresentação de Nota Fiscal e à manutenção das regularidades fiscais e trabalhistas da CONTRATADA.

#### **4.9.2. Prazos para liquidação**

4.9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para liquidação da despesa, prorrogáveis por igual período, conforme art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

4.9.2.2. Para contratações decorrentes de despesas de valores inferiores ao limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo será reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação por igual período.

4.9.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura contém os elementos necessários, incluindo:

- a. prazo de validade;
- b. data de emissão;
- c. dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d. período de execução contratual;
- e. valor a pagar;
- f. destaque de retenções tributárias cabíveis.

4.9.2.4. Havendo erro na apresentação ou circunstância que impeça a liquidação, a despesa ficará sobrestada até a regularização pela CONTRATADA, reiniciando-se o prazo após a comprovação do saneamento, sem ônus ao CONTRATANTE.

4.9.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, obtida por meio de consulta ao SICAF ou, quando indisponível, aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.9.2.6. A CONTRATADA também deverá comprovar regularidade junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa (CNJ) e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU).

4.9.2.7. A Administração deverá realizar consultas ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b. identificar impedimentos de participação em licitação ou proibição de contratar;
- c. verificar ocorrências impeditivas indiretas.

4.9.2.8. Constatada irregularidade, a CONTRATADA será notificada para regularização ou apresentação de defesa em até 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis uma vez, por igual período.

4.9.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar os órgãos competentes sobre a inadimplência e sobre eventual pagamento pendente, a fim de assegurar a cobrança dos créditos devidos.

4.9.2.10. Persistindo a irregularidade, será instaurado processo para rescisão contratual, assegurada ampla defesa.

4.9.2.11. Havendo execução efetiva do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até a decisão final pela rescisão.

### **4.9.3. Prazos e Encargos**

4.9.3.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, conforme IN SEGES/ME nº 77/2022.

4.9.3.2. Para despesas de valores inferiores ao limite do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo será de até 5 (cinco) dias úteis, conforme art. 7º, §2º da IN SEGES nº 77/2022.

4.9.3.3. Nos casos de atraso de pagamento, desde que não ocasionados pela CONTRATADA, incidirão encargos moratórios calculados pela fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias em atraso;
- VP = Valor da parcela a ser paga;
- I = 0,00016438 (índice equivalente a 6% ao ano ÷ 365 dias).

4.9.3.4. O pagamento será realizado via ordem bancária em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

4.9.3.5. Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

### **4.9.4. Forma de Pagamento**

4.9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

4.9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9.4.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar, conforme subitens 8.2 e 8.2.1 deste Termo de Referência.

### **4.9.5. Cessão de Crédito**

4.9.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SG/SEGES/MGI nº 82/2025, por meio do Portal AntecipaGov.

4.9.5.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do CONTRATANTE.

4.9.5.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração da cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer nº 31/2019/DECOR/CGU/AGU.

4.9.5.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração CONTRATANTE.

4.9.5.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

#### **4.10. Manutenção e Garantia**

4.10.1. A garantia de funcionamento, atualização e suporte técnico das licenças abrangerá todo o período de vigência do contrato e será de responsabilidade da CONTRATADA.

4.10.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **4.11. Transferência de Conhecimento**

4.11.1. A CONTRATADA deverá assegurar que o TRE-RN possua plenos direitos e ferramentas (exportação de dados em formatos .pbix, .csv, .xlsx) para realizar o *backup* dos seus dados antes de qualquer encerramento contratual.

#### **4.12. Direitos de Propriedade Intelectual e direitos autorais**

4.12.1. Todos os painéis, relatórios, fluxos de dados e informações processadas ou custodiadas na plataforma são de propriedade exclusiva do TRE-RN.

#### **4.13. Obrigações do CONTRATANTE**

4.13.1. Verificar minuciosamente a conformidade do objeto recebido com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

4.13.2. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

4.13.3. Prestar à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.

4.13.4. Comunicar à CONTRATADA, através de e-mail ou outro meio em caso de impossibilidade técnica, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido (como falhas de acesso ou provisionamento), para que seja restabelecido ou corrigido nos termos constantes neste Termo de Referência.

4.13.5. Comunicar a empresa CONTRATADA para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

4.13.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste documento, efetuando as retenções tributárias devidas, no que couber.

4.13.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.13.8. Cientificar as instâncias jurídicas do TRE-RN para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, aplicando as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência.

## **4.14. Obrigações da CONTRATADA**

4.14.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.14.2. Fornecer e registrar as licenças adquiridas e entregar toda documentação que comprove a autenticidade das licenças do *Microsoft Power BI Pro*.

4.14.3. Efetuar a entrega do objeto (liberação e provisionamento lógico das licenças) em perfeita autorização de uso, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

4.14.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços que apresentem falhas de provisionamento ou acesso.

4.14.5. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data limite da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.14.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.14.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE.

4.14.8. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto da contratação.

4.14.9. Observar as diretrizes, normas e procedimentos estabelecidos na Resolução nº 110/2023-TRE/RN, que trata da Política de Segurança da Informação (PSI), e assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, anexo a este Termo de Referência.

4.14.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive tributos, impostos e taxas.

4.14.11. Responder, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, os questionamentos realizados por e-mail ou aplicativo de mensagens instantâneas para esclarecer dúvidas suscitadas pelo CONTRATANTE.

4.14.12. Obrigações pertinentes à LGPD: As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei, devendo a CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres decorrentes da LGPD.

4.14.13. Utilizar os dados apenas para as finalidades que justificaram o acesso, observando a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD.

4.14.14. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos, fora das hipóteses legais.

4.14.15. Encerrado o tratamento, eliminar os dados nos termos do art. 15 da LGPD, ressalvadas as hipóteses do art. 16, inclusive guarda para comprovação de obrigações legais ou contratuais enquanto não prescritas.

4.14.16. Orientar e treinar seus empregados sobre deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

4.14.17. Submeter-se a diligências do CONTRATANTE para aferir o cumprimento da LGPD, atendendo prontamente pedidos de comprovação.

4.14.17.1. Prestar, no prazo fixado (prorrogável justificadamente), quaisquer informações acerca de dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive sobre eventual descarte.

4.14.18. Manter bancos de dados oriundos do contrato em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável dos tratamentos (LGPD, art. 37), registrando acessos, data, horário e finalidade.

4.14.18.1. Desenvolver os bancos de dados em formato interoperável, garantindo a reutilização dos dados pelo CONTRATANTE nas hipóteses da LGPD.

4.14.19. Submeter o contrato a alterações nos procedimentos de tratamento de dados pessoais quando indicado por autoridade competente, em especial a ANPD, por opiniões técnicas ou recomendações na forma da LGPD.

4.14.20. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **4.15. Estimativa de preços**

4.15.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 /2021, mediante consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e tabela oficial do fabricante.

4.15.2. O valor unitário mensal estimado por licença encontra-se em anexo ao Edital ou aviso de contratação direta.

#### **4.16. Adequação orçamentária**

4.16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento ordinário do TRE-RN.

4.16.2. Para fins de pagamento, os serviços realizados pela CONTRATADA serão recebidos e pagos pelo CONTRATANTE, com periodicidade mensal.

#### **4.17. Reajustamento**

4.17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em anexo ao Edital ou aviso de contratação direta.

4.17.2. Dentro do prazo de vigência do Contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custo da Tecnologia da Informação – ICTI – mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

4.17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.17.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

#### **4.18. Sanções Administrativas**

**4.18.1.** Com fundamento no capítulo I do título IV da Lei Federal nº 14.133/2021, a empresa CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas em contrato no caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, sendo assegurada a prévia e ampla defesa.

**4.18.2.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, a CONTRATADA/Licitante /Participante que:

**4.18.2.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**4.18.2.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**4.18.2.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**4.18.2.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**4.18.2.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**4.18.2.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**4.18.2.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**4.18.2.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**4.18.2.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**4.18.2.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**4.18.2.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**4.18.2.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**4.18.3.** Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**4.18.3.1.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**4.18.3.2.** Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 4.18.2.2, 4.18.2.3, 4.18.2.4, 4.18.2.5, 4.18.2.6 e 4.18.2.7 deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**4.18.3.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 4.18.2.8, 4.18.2.9, 4.18.2.10, 4.18.2.11 e 4.18.2.12, bem como nos subitens 4.18.2.2, 4.18.2.3, 4.18.2.4, 4.18.2.5, 4.18.2.6 e 4.18.2.7 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior deste Termo de Referência;

**4.18.3.4.** Multa:

**4.18.3.4.1.** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**4.18.3.4.2.** 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**4.18.3.4.3.** 0,5% (cinco décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**4.18.3.4.4.** 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 5% (cinco por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

**4.18.3.4.5.** 0,5% a 4,0% sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das *Tabelas 3 e 4* a seguir:

Grau	Correspondência
1	0,5% sobre o valor mensal do contrato
2	1,0% sobre o valor mensal do contrato
3	2,0% sobre o valor mensal do contrato
4	3,0% sobre o valor mensal do contrato
5	4,0% sobre o valor mensal do contrato

*Tabela 3 - Grau da infração e percentual a ser aplicado*

Infração	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais (aplicação de multa por ocorrência).	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo justificado, os serviços contratuais (aplicação de multa por ocorrência).	5
3	Recusar-se a executar os serviços determinados pela fiscalização.	4
4	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar de Órgão fiscalizador.	2
5	Deixar de encaminhar, quando exigido, documentação que o CONTRATANTE possa efetuar o pagamento pelos serviços prestados.	1
6	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo CONTRATANTE.	2
7	Deixar de cumprir as determinações contidas na Resolução n.º 110/2023 – TRE/RN que trata da Política de Segurança da Informação (PSI).	5

*Tabela 4 - Condutas e grau de infração correspondente*

**4.18.4.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**4.18.5.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

**4.18.5.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**4.18.5.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**4.18.5.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**4.18.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**4.18.7.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**4.18.7.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**4.18.7.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**4.18.7.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**4.18.7.4.** Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

**4.18.7.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**4.18.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**4.18.9.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**4.18.10.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**4.18.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

**4.18.12.** Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

## **5. Requisitos Técnicos**

5.1. O objeto entregue deverá cumprir rigorosamente as características técnicas definidas, incluindo:

5.1.1. Fornecimento de 34 (trinta e quatro) subscrições do *Microsoft Power BI Pro* (SaaS).

5.1.2. Capacidade de integração nativa com bancos de dados relacionais e arquivos (*Oracle, MySQL, PostgreSQL, XLS, CSV, JSON e APIs REST*).

5.1.3. Acesso 100% via web em português (Pt-BR), sem necessidade de infraestrutura local, servidores próprios ou instalação de *plugins* nos equipamentos dos usuários.

### **5.2. Requisitos Funcionais**

5.2.1. O *software* deve permitir integração com diferentes fontes de dados (bancos relacionais como *Oracle, MySQL, PostgreSQL*, planilhas *XLS/CSV, APIs REST* e arquivos *JSON/XML*).

5.2.2. Criação de relatórios e painéis interativos com recursos de inteligência artificial, formatação condicional, detalhamento cruzado e fluxos de dados.

5.2.3. Permitir a publicação, compartilhamento seguro e colaboração entre usuários, com controle de autenticação e autorização por perfis de acesso (ex.: desenvolvedores e administradores).

5.2.4. Possuir interface totalmente funcional na web em português (Pt-BR), responsiva e compatível com navegadores modernos e dispositivos móveis, sem necessidade de instalação de plug-ins adicionais nas máquinas clientes.

### **5.3. Requisitos de arquitetura tecnológica**

5.3.1. A solução deve ser fornecida estritamente na modalidade de subscrição de *Software as a Service* (SaaS) em nuvem, garantindo a execução de tarefas computacionais, armazenamento de relatórios e atualização de conjuntos de dados (datasets) em infraestrutura gerida pelo provedor da solução, eximindo o TRE-RN da necessidade de administrar infraestrutura física ou servidores locais.

### **5.4. Requisitos de projeto e de implementação**

5.4.1. Não se aplica. Por se tratar de nova aquisição ou renovação de licenças SaaS de *software* de prateleira já consolidado, não haverá fase de projeto de desenvolvimento ou codificação sob encomenda.

### **5.5. Requisitos de implantação**

5.5.1. A implantação dar-se-á pela simples liberação lógica (provisionamento) de 34 licenças da solução de Business Intelligence em nuvem à conta de administração principal do TRE-RN, o que deve ocorrer no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

### **5.6. Requisitos de Manutenção e Garantia**

5.6.1. A garantia de atualização (novas versões) e suporte técnico deve abranger todo o período de vigência do contrato. O suporte deve prever a abertura de chamados via plataforma web, e-mail ou telefone (0800 ou DDD local), com atendimento em língua portuguesa durante o horário comercial.

## 6. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### **OSMAR FERNANDES DE OLIVEIRA JUNIOR**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 12:04:44.*

### **ERNESTO LECA PINTO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 12:14:27.*

### **JOSE FRANK VIANA DA SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 12:10:06.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 3. TR - Anexo I - Termo de Compromisso de Manutencao de Sigilo e das Normas de Seguranca.pdf (116.08 KB)